

BANCO INDUSCREDE DE INVESTIMENTO S.A.

C.N.P.J. nº 33.588.252/0001-32
Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como, parecer dos auditores independentes. A Diretoria está ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer informações adicionais que julgarem necessárias. São Paulo, 04 de fevereiro de 2025.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)				Demonstração do Resultado dos Exercícios Fintos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre Finto em 31.12.2024 - (Em Milhares de Reais)			
Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		46.049	25.100	Circulante		2.919	3.579
Disponibilidade		179	61	Depósitos		2.578	2.758
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		26.770	4.714	Outras obrigações		341	821
Aplicações em operações compromissadas	04	2.976	4.714	Fiscais e Previdenciárias		168	112
Títulos e valores mobiliários	05	23.794	-	Credores Diversos		173	708
Operações de Crédito		14.094	15.143	Não Circulante		2.760	2.760
Operações de crédito		20.718	18.633	Depósitos		2.760	2.760
(-) Prov. para operações de crédito de liquidação	06	(6.624)	(3.490)	Depósitos a prazo		-	-
Outros Créditos		302	478	Patrimônio Líquido		45.240	18.884
Outros Créditos	07	302	478	Capital Social		70.000	40.000
Outros Valores e Bens		4.704	4.704	Aumento de Capital Social		-	-
Outros valores e bens	08	4.704	4.704	Reservas de Capital		-	-
Não Circulante		2.110	123	Reservas Legal		-	864
Operações de crédito	06	1.840	87	Reservas Estatutária		-	1.776
(-) Prov. para operações de crédito de liquidação	06	(9)	(1)	Prejuízos Acumulados	(24.761)	(24.180)	-
Outros Investimentos P/Incentivos Fiscais		58	58	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		48.158	25.223
(-) Prov. P/Perdas Em Inv. P/Incentivos Fiscais		(58)	(58)	Passivo Compensado		88.922	69.370
Imobilizado	09	743	489				
(-) Depreciação Acum. Ativos	09	(464)	(452)				
Total do Ativo		48.158	25.223				
Ativo Compensado		88.922	69.370				

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Fintos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre Finto em 31.12.2024 - (Em Milhares de Reais)						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Saldo Final
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.001	423	864	1.776	(11.456)	31.608
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(12.724)	(12.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.001	423	864	1.776	(24.180)	18.884
Aumento de capital	30.000	-	-	-	-	30.000
Absorção de prejuízos	-	(423)	(864)	(1.776)	3.063	(2.379)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	-	-	-	-	(2.379)	(2.379)
Saldos em 30 de junho de 2024	70.001	-	-	-	(23.496)	46.505
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	-	-	-	-	(1.265)	(1.265)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	70.001	-	-	-	(24.761)	45.240

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)					
1. Contexto Operacional: O Banco Induscred de Investimento S.A. tem por objeto a prática de operações inerentes a Banco de Investimento, ativas, passivas e acessórias e outras operações e serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil e que venham a ser autorizados, de acordo com as disposições legais e regularmente vigentes. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e Normas e Instruções do Banco Central do Brasil, que estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, também em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional, as quais incluem estimativas para registrar determinados ativos e passivos. Assim, as demonstrações incluem várias estimativas, como a vida útil do imobilizado, provisões para contingências, imposto de renda, entre outras, o que pode representar variações em relação a efetiva realização. As demonstrações contábeis da instituição são de responsabilidade da administração, foram aprovadas em 20 de janeiro de 2025 e foram elaboradas pressupondo-se a continuidade normal das operações, pois como se verifica, neste semestre, em que pese o prejuízo contábil, o fluxo de caixa demonstra a geração de caixa a partir das operações do banco. Principais Práticas Contábeis: a) Receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério pro-rata-die. b) Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidos das respectivas rendas a apropriar e provisões para perdas. c) São considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de liquidez cujos prazos de liquidação na data da contratação eram de até 90 dias. d) As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. e) As operações de crédito foram registradas pelo valor do principal e acrescidas dos encargos até a data do balanço. f) Outros valores e bens são representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento, disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. g) Os ativos imobilizados e intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação/amortização acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas compatíveis com o tempo estimado de vida útil econômica dos bens. h) De acordo com o disposto na Resolução nº 4.924 de 24 de junho de 2021 emitida pelo Banco Central do Brasil e no CPC nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a administração anualmente avalia a redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment). i) Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das despesas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescidas dos encargos auferidos até a data do balanço. j) A provisão para férias, inclusive os encargos sociais, são reconhecidas por competência mensal, segundo o período incorrido, constituídas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. k) A prática para constituir provisão para passivos contingentes e obrigações legais adotam-se as diretrizes da Resolução nº 3.823 de 14 de dezembro de 2009 emitida pelo Banco Central do Brasil é baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, quando uma provável saída de recursos para liquidação de obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes, quando existentes classificados como riscos de possíveis perdas pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requer provisão. l) A transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de contrapartida caracterizadas como transações entre partes relacionadas, são divulgadas em conformidade com CPC 05 Comitê de Pronunciamentos Contábeis. m) A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada obedecendo as seguintes alíquotas: - de janeiro/2022 à julho/2022-20%; - de agosto/2022 à dezembro/2022 - 21% (Lei nº 14.446/22); - de janeiro/2023 à dezembro/2023 - 20%; - de janeiro/2024 à dezembro/2024 - 20%.					
4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez					
Aplicações em operações compromissadas	31/12/2024	31/12/2023			
	2.976	4.714			
Total	2.976	4.714			
5. Títulos e valores mobiliários					
Letras Financeiras do Tesouro	31/12/2024	31/12/2023			
	20.780	-			
Outros	3.015	-			
Total	23.794	-			
6. Operações de Crédito					
a) Por tipo de operação					
Capital de Giro	31/12/2024	31/12/2023			
	7.230	4.420			
Capital de Giro - com Garantia de Imóveis	1.449	236			
Títulos Descontados	8.684	7.298			
Crédito Rotativo	5.195	6.766			
Total	22.558	18.720			
Curto Prazo	20.718	18.633			
Longo prazo	1.840	87			
Total	22.558	18.720			

b) Composição do Total das Carteiras e Prazos (empréstimos)					
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Vencidos	6.550	5.008			
Vencidos até 90 dias	9.620	11.861			
Vencidos de 91 até 360 dias	4.548	1.764			
Provisão para PCLD	(6.624)	(3.490)			
Parcela Classificada no Ativo Circulante	14.094	15.143			
Vencidos acima de 360 dias	1.840	87			
Provisão para PCLD	(9)	(1)			
Parcela Classificada no Ativo não Circulante	1.831	86			
Total de Empréstimos e Títulos Descontados	22.558	18.720			
Provisão para PCLD	(6.633)	(3.491)			
Total de Empréstimos Líquidos	15.925	15.229			
c) Composição da Carteira por Setor de Atividade					
31/12/2024	31/12/2023				
Indústria	3.333	6.787			
Comércio	10.217	3.383			
Outros Serviços	-	7.622			
Pessoa Física	8.408	928			
Serviços	(6.633)	(3.491)			
Provisão para PCLD	-	-			
Total	15.925	15.229			
d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Níveis de Risco					
31/12/2024	31/12/2023				
Nível A	13.544	12.358			
Nível B	624	267			
Nível C	-	233			
Nível D	-	587			
Nível E	-	746			
Nível F	-	562			
Nível G	-	3.414			
Nível H	6.550	466			
Provisão para PCLD	(6.624)	(3.489)			
Parcela Classificada no Ativo Circulante	14.094	15.144			
Nível A	1.840	87			
Provisão para PCLD	(9)	(1)			
Parcela Classificada no Ativo não Circulante	1.831	86			
Total de Empréstimos e títulos descontados	22.558	18.720			
Provisão para PCLD	(6.633)	(3.490)			
Total de Empréstimos e títulos descontados	15.925	15.230			
e) Composição da carteira por devedor					
31/12/2024	31/12/2023				
Participação					
Maior devedor	4.151.488	18.40%			
10 maiores devedores	14.107.949	62,54%			
entre 11 e 20 maiores devedores	3.519.273	15,60%			
Demais	779.381	3,45%			
Total	22.558.091	100,00%			
7. Adiantamentos: Saldos referentes a adiantamentos para custas judiciais e cartórias nos anos de 2024 foram de R\$ 302 e R\$ 478 em 2023 respectivamente.					
8. Outros Valores e Bens: Refere-se a imóvel para alienação, recebido em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução, conforme inciso II, §2º, art.3º da Lei nº 13.506/2017.					
Imóveis mantidos para venda					
31/12/2024	31/12/2023				
	4.704	4.704			
Total	4.704	4.704			
9. Imobilizado de Uso					
Saldo em 01.01.2024	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2024		
Móveis e Utensílios	93	-	93		
Equipamentos	9	-	9		
Sistema de Proc. de Dados	253	254	507		
Veículos	134	-	134		
Total do Imobilizado	489	254	743		
Depreciação Acumulada					
Taxa	01.01.2024	Adições	Baixas	31.12.2024	
Móveis e Utensílios	10%	(93)	-	(93)	
Equipamentos	10%	(9)	-	(9)	
Sistema de Proc. de Dados	20%	(216)	(12)	(228)	
Veículos	20%	(134)	-	(134)	
Total de Depreciação	(452)	(12)	(464)		
10. Depósitos					
31/12/2024	31/12/2023				
CDB Pós - com certificado C. Prazo	2.578	2.758			
CDB Pós - com certificado L. Prazo	-	2.760			
Total	2.578	5.518			
11. Transações entre partes relacionadas: O Banco mantém transações com partes relacionadas que foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com práticas praticadas com terceiros no mercado, vigentes nas datas das operações. Do total dos depósitos a prazo no final de 2024 acima informados, os seguintes montantes referem-se a transações entre partes relacionadas:					

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Banco Induscred de Investimento S.A. São Paulo, SP Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Induscred de Investimento S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Induscred de Investimento S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** Informações sobre Relatório da Administração: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, consequentemente não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nada temos que relatar a esse respeito. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2025.

COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
Demétrio Cokinos
Contador - CRC-1SP120410/O-2 CNAI nº 385

Carlos de Gioia - Diretor - CPF 001.751.538-68
Moacir João dos Santos - Contador - TC CRC1SP111.162/O-3

